



Operação Condor:

Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas

Fabiano Farias de Souza¹

Resumo

Constituída na década de 1970, a Operação Condor possibilitou a repressão aos opositores políticos hostis aos governos militares das ditaduras chilena, argentina, paraguaia, uruguaia, boliviana e brasileira, além das fronteiras nacionais, realizada sob completo desprezo pelas normas de regulamentos internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos asilados em países estrangeiros. O presente trabalho analisa a literatura baseada no *Arquivo Del Horror*, descoberto no Paraguai em 1992, que confirmou as ações promovidas pelos governos militares baseadas em constantes violações de Direitos Humanos, no que tange ao tratamento de perseguidos políticos. Tais governos praticaram o terror de forma sistemática e obtiveram grande êxito na consecução do objetivo proposto, ou seja, desarticulação dos movimentos de esquerda da região através do extermínio de subversivos latino-americanos em qualquer ponto do continente. Por fim, faz-se algumas considerações sobre a real participação brasileira na Operação Condor que, jamais foi admitida oficialmente, porém, utilizando a bibliografia disponível como meios de investigação, revela-se verdadeira.

Palavras-chave: Operação Condor – Terrorismo de Estado – Cone Sul

Abstract

Formed in the 1970s, Operation Condor enabled the repression of political opponents of governments hostile military dictatorships of Chile, Argentina, Paraguay, Uruguay, Bolivia and Brazil, beyond national borders, held under complete contempt for the norms of international regulations that guaranteed protection of political refugees seeking asylum in foreign countries. This paper reviews the literature-based Del Horror Archive, discovered in Paraguay in 1992, confirmed that the actions taken by the military governments that, through constant human rights violations in regard to treatment of the politically persecuted, and through the institutionalization of terror in a systematic way, been very successful in achieving the proposed goal, namely, dislocation of left movements in the region through the extermination of subversive Latin Americans anywhere in the continent. Finally, we make some considerations about the real Brazilian participation in Operation Condor, which was never officially admitted, however, using the available literature as a means of investigation, it is true.

Keywords: Operation Condor - State Terrorism - Southern Cone

O presente artigo apresenta uma análise bibliográfica sobre o projeto de integração entre os países do Cone Sul das Américas, relativas ao funcionamento da Operação Condor encontrados em 1992, na periferia de Assunción (Paraguai). Tais evidências permitiram a comprovação da associação dos países do Cone sul da América que promoveram conferências de inteligência, espionagem conjunta, troca de prisioneiros e outras ações que extrapolaram as

fronteiras. O terrorismo de Estado² foi praticado em escala internacional, possibilitado pela aliança supranacional de países sul-americanos e apoio incondicional do governo norte-americano.

Em 22 de dezembro de 1992, o juiz paraguaio José Agustín Fernández e o ex-prisioneiro político Martín Almada, que havia requisitado seus antecedentes policiais, descobriram casualmente o arquivo secreto da inteligência repressiva paraguaia em uma delegacia da "Seção Política e Afins" da Polícia de Investigações, no subúrbio de Assunción. O processo de investigação para se localizar os registros solicitados, conseguiu uma informação confidencial que confirmou a existência dos arquivos no lugar indicado, no qual encontraram o que o jornalismo paraguaio batizou de "*Archivo del Horror*".

O arquivo guardava décadas de história documentada da repressão no Paraguai e em outros países, onde também encontraram registros da cooperação da inteligência norte-americana com os ditadores da região. A documentação encontrada confirmou que na vigência da Operação Condor foram cometidos os assassinatos do ex-ministro chileno Orlando Letelier,³ assassinado nos Estados Unidos; do ex-presidente da Bolívia, general Juan José Torres (1970-1971),⁴ assassinado na Argentina; dos políticos uruguaios Zelmar Michelini⁵ e Héctor Gutiérrez Ruiz,⁶ assim como doutor Agustín Goyburú,⁷ dirigente do Movimento Popular Colorado, do Paraguai, e de vários ativistas políticos chilenos, argentinos, paraguaios e brasileiros. Além disso, demonstra a cumplicidade da polícia e do governo paraguaio com a brutal repressão exercida pelas ditaduras dos países-membros da operação. Existem evidências de que tanto o ditador chileno Augusto Pinochet (1973-1990)⁸ como o ditador paraguaio Alfredo Stroessner (1954-1989)⁹ dedicaram especial atenção ao fortalecimento da coordenação de seus respectivos serviços de segurança, para o qual se reuniram em diversas oportunidades.

Os documentos encontrados relatavam as minúcias burocráticas da polícia de segurança paraguaia: interrogatórios e cartas enviadas entre as diversas agências de segurança da região e funcionários dos Estados Unidos e demonstram o intercâmbio de informações sobre prisioneiros políticos dos órgãos de segurança.¹⁰

Fichas pertencentes ao "*Archivo del Horror*" continham detalhes do destino de milhares de pessoas sequestradas, torturadas ou assassinadas pelas ditaduras militares, confirmando a existência de uma conspiração entre os serviços de inteligência dos países do Cone Sul. Vários militantes de esquerda estabelecidos temporariamente fora de seus próprios

países, foram capturados por agentes policiais de seus respectivos países, no contexto da coordenação repressiva chamada “Operação Condor”.

O conjunto das evidências da Operação Condor é monumental e inegável na confirmação dos países que promoveram uma guerra de extermínio sobre patrocínio dos Estados, uma “organização delitiva”, como definiu o juiz espanhol Baltazar Garzón, principal responsável por iniciar investigações e indiciar criminalmente o general chileno Augusto Pinochet pelas atrocidades cometidas no âmbito da operação, dando notoriedade internacional ao caso. Assim, deve-se à descoberta do *Arquivo Del Horror*, os processos e condenações de crime contra a humanidade que tramitam no exterior contra militares latino-americanos em países como Alemanha, França, Espanha e Itália, pois, cidadãos destes países figuram entre os milhares de desaparecidos. (CASSOL, 2008, p. 20).

O arquivo paraguaio representa a parte mais significativa do acervo documental sobre o funcionamento desta operação descoberto até o momento.¹¹ Outros arquivos igualmente significativos permanecem secretos ou foram destruídos de forma deliberada por partícipes desta multinacional do terror, os quais buscam ocultar a verdadeira história sobre o terrorismo de Estado implantado no Cone Sul das Américas na década de 1970.

Cooperação Militar e Integração no Continente Americano

A Guerra Fria forneceu o contexto global para um anticomunismo patológico e os Estados Unidos, por sua vez, contribuíram para a formação ideológica dos militares latino-americanos.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nascida nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e do antagonismo Leste-Oeste, teria sido “exportada” para o Brasil, através da Escola Superior de Guerra (ESG), resultado de entendimentos diretos entre militares brasileiros que participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a II Guerra Mundial, e seus colegas norte-americanos. Sendo assim, o conceito de *national security*, adotado nas escolas militares no Brasil, juntamente com a ideologia anticomunista e a estratégia de contenção do poderio soviético, sedimentou as políticas estratégicas de instauração de regimes militares na América Latina sob os auspícios do governo norte-americano. A “ameaça comunista” tornou-se o principal fator de legitimação da imposição e exportação da DSN, doutrina de caráter saneador, que alertava os militares sobre a

necessidade de interferência política para garantia de segurança interna, mediante constante vigilância dos “inimigos internos” (comunistas). Sob a bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e vários militares latino-americanos tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança da sociedade, reformista ou revolucionária (PADRÓS, 2005, p. 120).

Porém, não se deve perder de vista que, também no início da década de 1960, o conceito francês de “guerra revolucionária”, teve forte penetração entre os militares da América Latina. Antes da revolução cubana, oficiais argentinos e brasileiros buscaram uma doutrina mais adaptada às suas necessidades fora dos EUA, como as técnicas francesas de contrainsurgência experimentadas na Indochina e Argélia, conforme admitidas pelo coronel Augusto Fragoso no curso de Estado Maior e Comando da Escola Superior de Guerra (MARTINS FILHO, 2008, p. 40).

No entanto, os contatos entre os militares dos Estados Unidos e dos países da América Latina e o estreitamento de relações imediatamente após a II Guerra, possibilitaram a assinatura de acordos bilaterais de assistência militar a partir de 1951, que garantiu o fornecimento de armas e o treinamento de oficiais latino-americanos nas escolas militares norte-americanas. A revolução cubana, em 1959, evidentemente precipitou o movimento para uma “defesa continental contra o comunismo”. Em 1960, o general Theodore F. Bogart, comandante da US Southern Command (Comando Sul do Exército dos Estados Unidos), com base na Zona do Canal, no Panamá, convidou oficiais latino-americanos para uma reunião onde se discutiriam problemas comuns. Dessa forma, nasceram as Conferências dos Exércitos Americanos (CEA) que eram realizadas anualmente em Forte Amador (Panamá) e depois, em 1964, em West Point. Nessas reuniões obsessivas e típicas da Guerra Fria se identificaria o germe da Operação Condor (ABRAMOVICI, 2001).

As bases militares localizadas no Panamá como U. S. Army School of the America (conhecida como “Escola das Américas” ou “Escola dos Golpes”) e a U. S. Southern Command ofereciam cursos preparatórios para a guerra antissubversiva e estima-se que até 1964, mais de 16 mil homens haviam treinados nessas escolas. (BAUER, 2007, p. 25). Em caso de ameaça externa (uma hipotética iniciativa de guerra por parte da União Soviética), os Estados Unidos assumiriam a responsabilidade da defesa continental, sendo este o motivo por que os exércitos latino-americanos deveriam voltar-se prioritariamente à segurança interna e à ação cívico-social.

Os militares latino-americanos compartilhavam de um propósito maior: a interconexão dos serviços. Desde sua segunda reunião, a CEA exprimia o desejo de estabelecer um comitê permanente na zona do canal do Panamá para trocar informações e dados. As reuniões da CEA e a convivência entre oficiais das forças armadas dos países da América do Sul que haviam recebido juntos, treinamento especializado em contrainsurgência nas academias militares norte-americanas, possibilitaram a formação de laços de amizade entre esses oficiais que possuíam base ideológica comum. Militares latino-americanos haviam convivido por períodos de seis meses a dois anos em centros de formação na Argentina ou Panamá. Estas relações entre militares argentinos, uruguaios, paraguaios, brasileiros, chilenos, bolivianos e peruanos renderiam frutos anos mais tarde, nas ditaduras de segurança nacional¹² em que estes países mergulhariam.¹³ Ou seja, regimes baseados no terrorismo de Estado, onde a imposição da força coercitiva, punitiva ou de “ação pedagógica” do poder do Estado, teria como objetivo sistemático e fundamental, provocar o medo dissuasivo (PADRÓS, 2005, p. 121).

Origem e Organização da Operação Condor

Em agosto de 1975, o chefe da Dina (Direção de Inteligência Nacional), Manuel Contreras se encontrou com Vernon Walters, diretor-adjunto da CIA (*Central Intelligence Agency*) dos Estados Unidos, reunindo esforços para se concretizar a Operação Condor. Contreras viajou para a Argentina, Bolívia, Paraguai, Venezuela e Estados Unidos, para expor seu projeto repressivo supranacional e convencer os chefes dos serviços secretos destes países sobre a importância da coordenação e cooperação “para eliminar o comunismo” e defender a sociedade “ocidental e cristã” (BAUER, 2007, p. 21).

Definiu-se que a Operação Condor ampliaria acordos entre os serviços secretos de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, juntamente com a participação de Brasil e Peru. O campo de ação foi fixado entre os limites de todos os países membros do acordo, estabelecendo-se facilidades para a ação de agentes destes países e a execução de operações repressivas conjuntas. Também foi aprovada a formação de equipes especiais para viajar a qualquer parte do mundo, com o objetivo de eliminar políticos opositores ou colaboradores dos grupos esquerdistas de qualquer dos países da operação.

A Conferência de fundação da Operação Condor, foi preparada pela Dina e contou com a presença de delegados do Chile, país anfitrião, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, sem a presença do Brasil, que não enviou representante.¹⁴ Na ocasião também ficou definido o nome da organização, por sugestão do Uruguai, sendo o condor uma das insígnias do brasão chileno e maior ave voadora do mundo caracterizado pela arte da astúcia na caça à suas presas, ou seja, o abutre dos Andes que sobrevoa acima das fronteiras era o nome mais apropriado para uma operação sanguinária que unificou os serviços de segurança do Cone Sul.

O operativo legitimou o exercício de ações ilegais, onde se respeitava somente as fronteiras ideológicas. Representações estrangeiras “soberanas” e protegidas por Tratados Internacionais não eram respeitadas, violando normas do Direito Internacional. Assim, camuflados em assuntos militares e marginalizados da ação dos ministérios, é que se desenvolviam os processos de repressão aos adversários de regimes autoritários em escala internacional. A informação se processava diretamente entre os organismos militares de segurança, deixando de lado a intervenção dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores. Preparavam terrenos para posteriores avanços com coordenações estruturadas, onde leis e tratados sobre asilo político, extradição, liberdades individuais e constitucionais foram sistematicamente evitados. As ditaduras derrubaram as fronteiras geográficas e políticas, aboliram tratados de proteção a refugiados e desrespeitaram convenções internacionais de Direitos Humanos. Nos países do Cone Sul não havia refúgio seguro, espiões dos serviços de inteligência estavam infiltrados nas embaixadas, nos correios e telégrafos, nas empresas telefônicas, nas companhias de aviação e nos bancos estaduais. Os perseguidos políticos eram identificados na requisição de passaportes ou através da utilização de quaisquer destes serviços que fossem controlados, tornando seus passos vigiados pelos serviços de inteligência.

Os serviços secretos do Chile e do Paraguai ainda dispunham das linhas aéreas estatais, (LAN CHILE, Líneas Aéreas Paraguayas) e encobriram suas atividades com empresas comerciais e indústrias “fantasmas”.¹⁵

O departamento de Defesa dos Estados Unidos, através de suas agências militares, contribuiu na estruturação da operação através do subsídio de informações obtidas pelos adidos militares presentes em vários países latino-americanos.¹⁶

Robert Scherrer, agente do FBI (Federal Bureau of Investigation) em Buenos Aires, informou aos seus superiores que a Operação Condor se desdobrou em três fases. Na primeira, formação de um banco de dados para cadastros dos “subversivos”. Na segunda, execução de ativistas de esquerda escondidos em países vizinhos. Na terceira, criação de uma super organização para eliminar oponentes políticos além da América Latina. Segundo este relato, o Brasil não caçou fora do Cone Sul, não houve nenhuma perseguição fora dos limites geográficos da região, de acordo com as fontes até o momento disponibilizadas. Scherrer definia em setembro de 1976: “Chile é o centro da Operação, que inclui também a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil aceitou, em princípio, aportar informações” (MARIANO, 2003, p.18).

Segundo a CIA, três países membros da Operação Condor (Chile, Argentina e Uruguai) teriam ampliado suas atividades de cooperação antissubversiva para incluir o assassinato de subversivos de alto escalão no exílio.

Registros liberados sob o Projeto de Desclassificação especial do Chile na Administração Clinton revelado no extrato de 12 de Agosto de 1976 dos Documentos Secretos da CIA, mostra a ausência do Brasil na participação em perseguições fora do continente. A seguir, o extrato composto de 3 páginas, não mostra as páginas 1 e 3 e o trecho em reticências (...) foi riscado no documento original da CIA:

Enquanto o Brasil tinha aderido ao acordo original entre a Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai para cooperar em trocar informação sobre terrorismo e subversão, ainda não tinha concordado em participar de operações de campo do Condor na Europa, e limitaria sua contribuição por enquanto à provisão de equipamentos de comunicações para a Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países do Condor. (...) os países do Condor que operariam na Europa eram o Chile, Argentina e Uruguai. Os países do Condor decidiram agora suspender seus planos para operar na Europa e manter um curso de treinamento em Buenos Aires para aqueles oficiais do Condor que operariam na Europa até que o Brasil decidisse participar com os outros das operações na Europa, a serem centradas na França.¹⁷

Naquele momento, a situação no Brasil era totalmente favorável ao governo, visto que, os grupos revolucionários já haviam sido praticamente massacrados e não existiam lideranças significativas desses grupos operando no exterior, por isso, subentende-se a falta de interesse do Brasil em participar desta fase da Operação Condor.

O jornalista John Dinges confirmou a isenção do Brasil em assassinatos além das fronteiras do país, considerado como a fase 3 da operação, pelo menos na base documental que consultou para escrever o livro *Os anos do Condor – Uma década de terrorismo*

*internacional no Cone Sul.*¹⁸ Esta opinião é compartilhada por Márcia Guena (USP), autora da dissertação de mestrado “*Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*”, de 1998.¹⁹ Márcia Guena não encontrou nenhum tipo de informação que comprovasse diretamente a participação do Brasil em assassinatos promovidos pela Operação Condor, embora, ressalte a contribuição do Brasil no fornecimento de informações.

Segundo John Dinges, documentos aos quais teve acesso confirmaram que a rede de resistência criada pelos principais movimentos de esquerda, isto é, a Junta Coordenadora Revolucionária (JCR), serviu como elemento principal para tornar legítimo o surgimento da Operação Condor. A JCR se constituiu em uma contra-ofensiva fracassada na luta contra os governos militares, mas proporcionou um pretexto para a própria aliança internacional militar através da Operação Condor. Era composta pelo Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, do Uruguai, pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP), da Argentina e pelo Movimento de Izquierda Revolucionario (MIR), do Chile e que, segundo Dinges, pretendiam a cooptação de grupos aliados no Brasil, o que não se efetivou.

Quando a JCR começava a se articular no Cone Sul, a situação política no Brasil era diferente dos outros países da região, isto é, já havia passado o auge da repressão e os movimentos de esquerda brasileiros já estavam praticamente liquidados (a guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B na região norte do país, foi completamente destruída em 1975, assim como outros grupos de esquerda). Vivia-se no país o início da redemocratização anunciada pelo presidente-general Ernesto Geisel (1974-1979) como um processo de abertura “lenta, gradual e segura” que o Brasil iria seguir a partir de 1974 com suspensão de censura prévia, manifestações pela anistia, a favor do retorno dos exilados brasileiros e da libertação dos presos políticos e greves (QUADRAT, 2008, p.2). Esse contexto político brasileiro que marchava para uma flexibilização da ditadura, fez com que o país se tornasse uma rota para os refugiados estrangeiros perseguidos pela repressão de seus países. Dessa forma, o Brasil através da Operação Condor, contribuiu para a realização de diversas prisões em solo brasileiro.

Participação do governo norte-americano na Operação Condor

A ascensão de ditaduras militares na América do Sul, especialmente, durante a década de 1970 pode ser atribuído ao assessor de Segurança Nacional do presidente Richard Nixon (1969-1974) e depois secretário de Estado até o fim do governo do presidente Ford (1974-1977), Henry Kissinger. Um memorando redigido por Kissinger em 9 de novembro de 1970 assinala as mudanças na política dos Estados Unidos para o Chile depois da eleição de Salvador Allende,²⁰ como também para a América Latina. O documento orienta as agências dos Estados Unidos a adotarem uma postura hostil ao governo Allende, a fim de impedir a sua consolidação no poder e a execução de políticas contrárias aos Estados Unidos. O memorando indica, ainda, que o auxílio e os investimentos norte-americanos existentes no Chile deveriam ser reduzidos e nenhum compromisso novo poderia ser empreendido. Além disso, as relações próximas deveriam ser estabelecidas e mantidas com os líderes militares em toda a América Latina para facilitar a coordenação da pressão e dos outros esforços da oposição. No memorando, Kissinger fazia distinção entre

agressive totalitarianism and other governments that, with all their imperfections, are trying to resist foreign pressure or subversion and that thereby help preserve the balance of power in behalf of all free people (DINGES, 2005, p. 158).²¹

Os governos, "*with all their imperfections*", eram as ditaduras militares, cuja implantação os Estados Unidos encorajavam, para preservar o equilíbrio de poder em favor de "*all free peoples*". A interferência do governo norte-americano no exterior era de pleno conhecimento e responsabilidade de Kissinger, como na Operação Chile que determinou a morte do presidente Salvador Allende em 11 de setembro de 1973 (PADRÓS, 2005, p. 240-241).

Os documentos desclassificados nos Estados Unidos evidenciaram que a CIA e outros serviços de inteligência encorajaram e apoiaram a integração das forças de segurança do Cone Sul, iniciativa percebida como necessária para contrapor-se ao movimento comunista, então representados pelas organizações políticas de esquerda.

Robert Scherrer confirmou o apoio norte-americano a operação. Em 1976, quando atuava como agente do FBI em Buenos Aires, enviou a seguinte mensagem aos seus superiores:

A Operação Condor é o nome-chave para o recolhimento, o intercâmbio e o armazenamento de informação secreta relativa aos denominados esquerdistas, comunistas e marxistas. Estabeleceu a cooperação entre os serviços de inteligência

da América do Sul com o propósito de eliminar as atividades terroristas da região (MARIANO, 2003, p.18).

Os documentos desclassificados revelam, ainda, que os Estados Unidos facilitaram comunicações entre os chefes de inteligência sul-americanos que trabalhavam juntos para eliminar os grupos de oposição esquerdista em seus países. O documento (um telex de 1978 de Robert E. White, embaixador dos Estados Unidos para o Paraguai) foi descoberto pela professora J. Patrice McSherry, que chamou o telex de “um outro pedaço de evidência cada vez mais pesada sugerindo que militares norte-americanos e oficiais de inteligência apoiaram e colaboraram com o Condor como um parceiro ou patrocinador secreto” (UNITED STATES, 2001). No telex, o embaixador White relata uma conversa com o general Alejandro Fretes Davalos, chefe do estado-maior das forças armadas do Paraguai, que lhe disse que os chefes de inteligência sul-americanos envolvidos no Condor mantêm contato uns com os outros através de uma instalação de comunicações na Zona do Canal do Panamá que cobre toda a América Latina.

O documento foi achado entre 16.000 registros dos Departamentos de Estado, da Defesa, da Justiça, da CIA e da Casa Branca liberados em novembro do ano 2000 sobre a ditadura Pinochet no Chile e o papel de Washington no violento golpe militar que o levou ao poder no Chile. A liberação era a quarta e última “parte” dos registros liberados sob o Projeto de Desclassificação especial do Chile da Administração Clinton.

Contudo, o jornalista norte-americano John Dinges afirma que o papel da CIA se limitou ao treinamento dos agentes da Dina, fornecimento de aparato técnico, especialmente sistemas comunicacionais e integração dos grupos de inteligência na troca de informações. Dinges reafirma que se trata de um mito responsabilizar a CIA pela criação da Operação Condor e responsabiliza unicamente o Chile pela iniciativa, enfatizando que os assassinos eram os países latino-americanos, sem a participação da CIA no assassinato de pessoas, mas ressalva que a agência norte-americana teve conhecimento da operação.

Na conjuntura de Guerra Fria, os Estados Unidos promoveram várias operações de cunho clandestino e a Operação Condor representou uma dessas ações, envolvendo as ditaduras militares da América do Sul, com a conivência da CIA, do FBI e do Departamento de Estado. Assim, diretamente, não se pode comprovar a coordenação dos Estados Unidos, mas é inegável que as agências norte-americanas possuíam ciência sobre os atos extremos de tortura e assassinatos em massa praticados pelas ditaduras aliadas da América Latina.

Todavia, pode-se afirmar que a promoção do terror como forma de dominação política, mediante o uso ilimitado da violência institucional contou com a ajuda técnica dos Estados Unidos, que proporcionaram equipes e assessores especializados para uma maior eficácia dos métodos repressivos (BAUER, 2007, p. 10).

A Repressão Internacional da Ditadura Brasileira

O papel do Brasil foi mais ativo na influência e intervenção em países vizinhos, com participação aparentemente discreta na clandestina operação. Constata-se a participação brasileira, que varia em grau de importância, no processo político boliviano, uruguaio e chileno. Mesmo assim, o governo militar brasileiro utilizou os mesmos instrumentos dos demais membros da Operação Condor, caçando opositores políticos fora do país e abrindo suas fronteiras aos agentes dos países associados à operação. O êxito brasileiro em praticamente destruir todos os movimentos guerrilheiros do país e cultivar uma ditadura militar por mais tempo, fez do Brasil uma referência, tendo outros países adotado recursos no combate à subversão e técnicas de tortura semelhantes. Agindo como laboratório para as outras ditaduras, a repressão instalada se caracterizava pela imposição do medo e do terror, configurando uma “cultura do medo” proveniente das práticas repressiva e da lógica da suspeição. Acrescenta-se ao exercício da coerção física e psicológica, a utilização, de forma institucional e racionalizada, de práticas como o seqüestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo; e a morte e a desaparecimento, como políticas de extermínio (BAUER, 2007, p. 3).

Mesmo antes da instauração da Operação Condor, refugiados políticos brasileiros foram apanhados no exterior. Na Argentina, Edmur Péricles de Camargo, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que atuava, especialmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, teria desaparecido em Buenos Aires no início de dezembro de 1973, segundo registros da Subsecretaria de Direitos Humanos e Sociais, do Ministério do Interior da Argentina. Também em dezembro de 1973, em operação comandada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, foi sequestrado o major Joaquim Pires Cerveira, da FLN (Frente de Libertação Nacional) e João Batista Rita, da organização M3-G (Marx, Mao, Marighela e Guevara). Sydney Fix Marques dos Santos, membro do Port (Partido Operário Revolucionário Trotskyista) exilado há 4 anos na Argentina, trabalhava na multinacional IBM, quando foi

sequestrado em fevereiro de 1976. Situação sórdida envolveu o pianista que excursionava por Buenos Aires com Vinícius de Moraes e Toquinho. Francisco Tenório Júnior, 35 anos, conhecido como “Tenorinho” desapareceu em março de 1976, possivelmente confundido com algum montoneiro (membro do grupo guerrilheiro argentino chamado Montoneiros), por usar barbas e cabelos compridos. Com a ampliação da cooperação entre as ditaduras brasileira e argentina a partir de 1976, outras pessoas foram capturadas como: Sérgio Fernando Tula, Maria Regina Marcondes Pinto, Jorge Alberto Basso, Wálter Keneth Nelson Fleury, Roberto Rascardo Rodrigues Luís Renato do Lago Faria (MARIANO, 2003, p. 279).

No Chile, durante o governo de Salvador Allende, em torno de 3 mil brasileiros se exilaram. A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação apurou que agentes da repressão falando português atuaram no Estádio Nacional de Santiago. Vânio José de Matos, Luiz Carlos Almeida, Roberto Cardoso Quintiliano, Néelson de Souza Kohl foram executados logo após o golpe militar no Chile, além de outras detenções de exilados brasileiros. Jane Vanini, brasileira integrante do MIR, foi executada em dezembro de 1973. Nílton Rosa da Silva foi morto por carabineiros um dia antes de Pinochet assumir o poder e Antenor Machado dos Santos morreu durante uma manifestação de apoio a Allende. Os dois últimos brasileiros desaparecidos no Chile não são reconhecidos oficialmente porque os fatos aconteceram antes do golpe militar de 11 de setembro de 1973.

Segundo Dinges:

Robert Scherrer, o funcionário do FBI que o conhecia bem [o autor está mencionando o coronel chileno Manuel Contreras], concluiu que provavelmente ele recebeu treinamento no Brasil. Não há dúvida de que Contreras e a Dina [polícia chilena] tinham uma relação operacional estreita com o Serviço de Inteligência do Brasil, o SNI. Alguns documentos dos Estados Unidos confirmam que os oficiais do Serviço de Inteligência brasileiro foram ao Chile para interrogar prisioneiros depois do golpe [de 1973] e que oficiais chilenos foram enviados ao Brasil para receber treinamento em Inteligência (DINGES, 2005, p. 109).

Documentos encontrados na delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu registram informações de espionagem conjunta entre Brasil e Paraguai através da empresa binacional Itaipu. A participação de agentes brasileiros era comum nas várias prisões de militantes estrangeiros em Foz do Iguaçu e na região. Segundo Palmar (2009), documentos registram a execução da “Operação Mesopotâmia” em que após acolhidas solicitações de colegas argentinos, efetuaram-se algumas prisões de latino-americanos que trabalhavam na obra de construção da hidrelétrica Itaipu.

Paraguai e Brasil também já haviam se aproximado, mesmo antes da Operação Condor vigorar. Realizavam troca de informações e espionagens conjuntas e conferências bilaterais. O tema da última reunião, realizada em 1976, chamava-se “Atividades subversivas internas e suas conexões com o exterior”. O então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e presidente do Brasil entre 1979 e 1985, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, era frequentemente solicitado para palestras e instruções deste tipo.

No caso de Brasil e Uruguai, a colaboração se iniciou após o golpe de 1964 no Brasil, quando perseguidos políticos do Brasil procuravam o Uruguai. A notícia do jornal uruguaio *Marcha* revelava: “Uruguai-Brasil: o fim das fronteiras policiais”, referindo-se ao encontro entre agentes da repressão brasileira com generais uruguaiois. O DOPS/RS monitorava os exilados brasileiros no Uruguai, coletando informações e reprimindo os “inimigos internos” do sistema, traduzindo-se em prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. (FERNANDES, 2009, p. 6). Entretanto, já no âmbito da Operação Condor, em 1978, foi montada a “Operação Sapato Vermelho” (Zapato Rojo), onde agentes do DOPS de Porto Alegre auxiliaram oficiais da Companhia de Contra-Inteligência do Exército do Uruguai na captura de militantes do PVP²² (Partido pela Vitória do Povo) que elaboravam um dossiê sobre violações de Direitos Humanos no Uruguai (CASSOL, 2008, p. 94). Neste momento, perseguidos políticos tinham o Brasil como rota de fuga, pois acreditavam na abertura política do Brasil que já havia suspenso a censura e anunciava anistia.

O Brasil só se juntou à Operação Condor a partir do segundo encontro, em junho de 1976, embora o presidente Ernesto Geisel refute qualquer tipo de entendimento formalizado através de uma associação conjunta entre o Brasil e outros países para o estabelecimento da repressão além das fronteiras.

Afirmou Geisel:

Houve desde o governo Médici, entendimentos com a Argentina e o Uruguai para o intercâmbio de informações. Na minha época houve uma tentativa de fazer uma espécie de união do Brasil com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia para o combate das ações subversivas, mas eu fui contra (D'ARAÚJO e CASTRO, 1997, p. 349).

Os documentos citam a situação de afrouxamento da repressão no Brasil, mas é inegável que o Brasil também caçou militantes políticos fora de suas fronteiras, já que opositores foram mortos na Argentina e no Chile. Assim, apesar de exercer papel discreto no Condor, a atuação brasileira também foi efetiva na colaboração com regimes ditatoriais de

outros países e suas práticas. Se não atingiram a amplitude das ações dos demais países, assemelhavam-se no que diz respeito à minuciosa investigação realizada dentro e fora do país e a metodologia empregada no tratamento dos prisioneiros políticos.

Se a participação brasileira não pode ser confirmada, porém, as mortes dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek e do ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda são consideradas polêmicas, em virtude do curto espaço de tempo (10 meses) e pelo entendimento conjunto para a formação de uma Frente Ampla²³ para restauração da democracia. Neste período também ocorreu o assassinato do ex-ministro de Salvador Allende, Orlando Letelier, através de um atentado à bomba nos Estados Unidos.

Atualmente, passados mais de 30 anos do início das ações no âmbito da Operação Condor, muitos documentos ainda permanecem inacessíveis, contribuindo para alimentar suspeitas, mas, ao mesmo tempo, evidenciando que as informações disponibilizadas representam uma pequena parte do conjunto documental procedente do terror supranacional do Cone Sul. Desta maneira, o Brasil encontra-se em situação mais grave no que diz respeito ao acesso às fontes do período, pois a limitação de consulta aos arquivos em poder do Estado,²⁴ sobretudo a despeito do regime militar. Isto revela o descomprometimento com a história do País e o desrespeito à memória de pessoas torpemente injustiçadas, que pagaram tragicamente pelo fato de divergirem politicamente de um poder estabelecido de forma ilegítima, isto é, à margem da democracia e traduzido no Estado de Exceção.

Considerações Finais

Os arquivos sobre as ditaduras militares latino-americanas representam uma ameaça para os homens que organizaram e realizaram esta repressão hemisférica, portanto, se faz necessário não poupar esforços para depositá-los em mãos “seguras”, pois isto tornaria possível a reconstituição do que foi a Operação Condor. Existem provas suficientes e irrefutáveis da prática de terrorismo de Estado em escala internacional. A comprovação da existência da Operação Condor deixou evidente a existência de uma campanha de terror por parte dos países que integram o Cone Sul das Américas, subsidiado pelo governo norte-americano. A perseguição de opositores políticos fora das fronteiras de seus respectivos países e as atrocidades cometidas em nome da segurança interna colocam a América Latina no roteiro de grandes genocídios da humanidade. As ferozes ditaduras militares realizaram

crimes injustificáveis e intoleráveis que jamais devem ser esquecidos como pretendem os responsáveis diretos e indiretos que ainda vivem e são responsáveis pela ocultação de documentos que comprovam suas horrendas práticas. No Brasil, mesmo reconhecendo-se, a princípio, como membro pouco ativo, deve-se levar a cabo uma pesquisa profunda, pois as informações que dão conta de sua participação na Operação Condor são bastantes superficiais e, ainda, carecem de maior divulgação.

A aparição de provas do funcionamento da Operação Condor e da ação multinacional para o terror, fez com que alguns dos responsáveis pelas torturas, detenções e assassinatos cometidos em nome da purificação ideológica, sofressem processos e condenações levados a cabo por tribunais internacionais. Deste modo, apesar dos efeitos limitados, a comprovação dos crimes reacendeu a luz da esperança em milhares de familiares, na busca por justiça e explicações sobre o destino de seus entes que, em muitos casos, carecem até hoje de informações.

Enfim, a esperança renasceu nos familiares das vítimas da repressão e o “*Archivos del Horror*”, encontrado em Assunción, transformou-se em uma chave para decifrar a história recente da América Latina. Abriam-se novas possibilidades para aplicação da justiça aos principais agentes repressivos da América do Sul, de tal modo que seus delitos não caíam na impunidade ou no esquecimento. Faz-se necessário uma maior apuração das responsabilidades, para que estudos nessa direção, não se transformem em uma inútil solidariedade limitada ao poder da lembrança, mas que signifiquem uma referência negativa do que eternamente deve ser evitado, ou seja, governo ditatorial de direita (ou poderia ter sido de esquerda) de característica genocida e descomprometido com a vida humana.

Referências bibliográficas

ABRAMOVICI, Pierre. O pesadelo da "operação Condor". In: *Le Monde Diplomatique*, maio de 2001. Disponível em:
<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=401&tipo=acervo&PHPSESSID=f47f5d9826c6d9eab0fc066c6d52ec35>. Acesso em: 16 dez. 2009.

BAUER, Caroline Silveira. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul: Terrorismo de Estado e polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Ágora*, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 349.

DINGES, John. *Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo, Cia das Letras, 2005.

_____. *Los documentos secretos del archivo "Condor" de John Dinges*. Disponível em <<http://www.johndinges.com/condor/documents/index.html>>. Acesso: 10 dez. 2009.

FERNADES, Ananda Simões. *As ações da polícia política durante a ditadura contra exilados brasileiros no Uruguai: o caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul*. Revista Estudos Legislativos, n. 3, 2009. Disponível em <[httpsubmissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos/article/viewFile/1629.PDF](http://www.al.rs.gov.br/index.php/estudos/article/viewFile/1629/PDF)>. Acesso em: 26 fev. 2011.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 67, junho/2008, p. 39-50.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005. Tese de Doutorado.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

PALMAR, Aluizio. Revelada ação de Itaipu nos anos de chumbo. In: *Revelada ação de Itaipu nos anos de chumbo*, janeiro de 2004. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/en/blue/2004/01/271305.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. *Solidariedade no exílio: Os laços entre argentinos e brasileiros*. Trabalho apresentado na IV Jornadas de Historia Reciente (Universidad Nacional de Rosário - Argentina – Maio de 2008). Disponível em:

<<http://www.riehr.com.ar/archivos/Investigacion/trabajo%20Samantha%20Viz%20Quadrat%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

SANTOS, M. G. *Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1998.

UNITED STATES. *The National Security Archive*. In: Cable suggests u.s. role, março de 2001. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20010306/>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

¹ Especialista em História das Relações internacionais e Mestrando em História das Relações Internacionais na UERJ. Endereço eletrônico para contato: fabianofdes@bol.com.br

² O Terrorismo de Estado “em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 64.

³ Orlando Letelier del Solar (1932 - 1976) foi um diplomata e político chileno, posteriormente um ativista político contra a ditadura de Augusto Pinochet. Sobre o assunto, ver o verbete Orlando Letelier. In: *Wikipedia*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Orlando_Letelier. Acesso em 20 de jan. 2010.

⁴ Juan José Torres González (1920 - 1976), líder político e militar boliviano que ocupou a presidência do país entre 7 de outubro de 1970 e 21 de agosto de 1971. Sobre o assunto, ver o verbete Juan José Torres. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Juan_Jos%C3%A9_Torres>. Acesso em 20 de jan. 2010.

⁵ Zelmar Michelini Raul Guarch (1924 - 1976), jornalista e político uruguaio do Partido Colorado. Sobre o assunto, ver o verbete Zelmar Michelini. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Zelmar_Michelini>. Acesso em 20 de jan. 2010.

⁶ Héctor Gutiérrez Ruiz, (1934 - 1976), ativista político uruguaio do Partido Nacional. Sobre o assunto, ver o verbete Héctor Gutiérrez Ruiz. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9ctor_Guti%C3%A9rez_Ruiz>. Acesso em 20 de jan. 2010.

⁷ Augustin Goiburú, médico e ativista político líder do movimento MOPOCO (Movimento Popular Colorado), que representou a mais forte oposição à ditadura de Alfredo Stroessner. Sobre o assunto, ver o verbete Doutor Goiburú. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Agust%C3%ADn_Goibur%C3%BA>. Acesso em 20 de jan. 2010.

⁸ Augusto José Ramon Pinochet Ugarte (1915 – 2006), general do exército chileno que se tornou presidente do Chile através de um golpe militar em 11 de setembro de 1973 após a deposição e suicídio do presidente constitucionalmente em exercício Salvador Allende. Sobre o assunto, ver o verbete Augusto Pinochet. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Pinochet>. Acesso em 20 de jan. 2010.

⁹ Alfredo Stroessner Matiauda (1912 - 2006), general de exército e presidente do Paraguai entre 1954 e 1989. Stroessner tornou-se presidente e foi reeleito, em pleitos marcados pela fraude, por 7 mandatos consecutivos (em 1958, 1963, 1968, 1973, 1978, 1983 e 1988), desfrutando por 35 anos do mais longo governo na América Latina, no século XX, depois de Fidel Castro. Sobre o assunto, ver o verbete Alfredo Stroessner. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfredo_Stroessner>. Acesso em 20 de jan. 2010.

¹⁰ Além disso, os documentos também provaram o contrabando de carros roubados no Brasil e Uruguai e a sua posterior venda na Bolívia e Peru, o tráfico de cocaína, os cassinos, a lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico e as redes de prostituição, entre inúmeras atividades ilícitas, tarefas exercidas abertamente por algumas das mais altas autoridades policiais e militares do Paraguai.

¹¹ Outros pequenos arquivos, embora altamente qualificados, existentes em outros países membros da Operação Condor também disponibilizam documentos comprobatórios deste operativo como o Arquivo Pessoal Omar Ferri e Seções de Ordem Política e Social (SOPS), vinculados a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (BRA) e o arquivo eletrônico argentino *Nunca Más* (*Nuncamas.org*), vinculado a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP).

¹² Ditaduras marcadas por alguns aspectos gerais comuns como, principalmente, a Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na política de contenção do comunismo e na defesa

dos cânones do capitalismo bem como na concepção de guerra contra-insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma *guerra suja*. Ver PADRÓS, 2009, p. 2-3.

¹³ Na década de 1960 e 1970, ocorreram uma série de golpes militares na América do Sul que se completou com a restauração da ditadura argentina em 1975, consolidando um propício ambiente para a execução da repressão em escala internacional. A seguir os países sul-americanos com ditaduras militares naquele período: Argentina (1966-1973, 1976-1983), Brasil (1964-1985), Bolívia (1971-1982), Chile (1973-1990), Equador (1972-1978), Paraguai (1949-1989), Peru (1968-1980) e Uruguai (1973-1985).

¹⁴ Acta Final - O acordo assinado pelos representantes do Chile, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai, pelo qual o "Sistema Cóndor" é criado (November 28,1975). Ver DINGES, 2009.

¹⁵ No Chile foram criadas 30 empresas fictícias à serviço da Dina. A incursão no mundo empresarial e financeiro fundamentaria as bases para se criar mecanismos de proteção dos agentes secretos, além de se constituir como canais para desvios de dinheiro, conforme comprovado posteriormente nas acusações que pesam sobre enriquecimento ilícito do general Pinochet.

¹⁶ Apoio técnico e liderança estratégica eram a principal ajuda dos norte-americanos, como parte de uma proposta continental dentro da Guerra Fria. In: SILVIA, Miguel. *Os voos do Condor revelados*. Disponível em <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2005/jusp728/pag0405.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

¹⁷ Carta da CIA sobre o papel do Brasil na operação Condor em 12 de agosto de 1976. *CIA Cable, [Brazil's Role in Operation Condor], Excerpt, August 12, 1976, 1 p.* Ver UNITED STATES, 2001.

¹⁸ John Dinges viveu no Chile entre 1972 e 1978 e trabalhou como correspondente do jornal norte-americano *Washington Post*. Dinges pesquisou 24 mil relatórios sobre o Chile e 4 mil sobre a Argentina escolhidos dentre os documentos desclassificados na administração do presidente norte-americano Bill Clinton e que estavam em poder da agência de inteligência daquele país, correspondências entre a CIA e a Dina, o "Arquivo do Terror" do Paraguai, 2 mil páginas liberadas a pedido do jornalista, respaldado pela Lei de Liberdade e Informação norte-americana, além de 200 entrevistas com pessoas envolvidas diretamente nos fatos, sejam eles opositores ou militares que protagonizaram ações sob o signo da Operação Condor.

¹⁹ Entre as fontes utilizadas para a elaboração de sua dissertação, constam 400 documentos do Arquivo do Terror paraguaio, encontrados em 1992 em Assunção, e as informações disponibilizadas no site do Freedom Information Act (Foia) do Departamento de Estado norte-americano, em que vários documentos ainda permanecem, parcialmente ou integralmente, com tarjas pretas.

²⁰ Salvador Allende Gossens (1908 - 1973) foi um médico e político marxista chileno e fundador do Partido Socialista. Governou seu país de 1970 a 1973, quando foi deposto por um golpe de Estado liderado por seu chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet. Salvador Allende. In: *Wikipedia*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_Allende>. Acesso em 22 de jan. 2010.

²¹ "Totalitarismo agressivo e outros governos que, com todas as suas imperfeições, estão tentando resistir à pressão externa ou subversão e que, assim, ajudam a preservar o equilíbrio de poder em nome de todos os povos livres".

²² O livro do jornalista Luís Cláudio Cunha, "Operação Condor - O seqüestro dos uruguaios", lançado em 2008, pela editora L&PM, descreve o sequestro de Lilian Celiberti e Universindo Diaz, em Porto Alegre, pelas polícias do Uruguai e brasileira, numa operação conjunta. Em novembro de 1978, Celiberti e Diaz viajaram a Porto Alegre para denunciar os crimes políticos da ditadura uruguaia. Ao chegarem na capital gaúcha, os dois, mais os filhos de Lilian, foram seqüestrados por uma equipe de policiais brasileiros e uruguaios. Após alguns dias presos no Rio Grande do Sul, os quatro foram levados para o Uruguai.

²³ De 1966 a 1968, a Frente Ampla, que teve como principais forças políticas Lideradas por João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, a Frente Ampla foi organizada em 1966, existindo até 1968, e tentou ser uma alternativa extrapartidária para mudar o quadro da ditadura militar. Frente Ampla. In: *Wikipedia*: Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao. Acesso em 22 de jan. 2010.

²⁴ No Brasil, o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 dificultou o acesso aos arquivos da ditadura militar.